

Câmara Municipal do Porto

Plano de Pormenor da Avenida da Ponte

Especialidade de Arquitectura Paisagista – Sidónio Pardal

Preambulo

O corredor da Avenida da Ponte foi escavado no morro granítico, abrindo uma trincheira com escarpados rochosos e quase verticais, um a nascente com desníveis até 20 metros e outro a poente, mais pequeno, com desníveis até 10 metros.

O eixo perspético do corredor da avenida segue em linha recta e ganha ênfase visual devido à pendente, quase regular, de 7,6%. A rasante desenvolve-se ao longo de aproximadamente 210 metros entre as cotas altimétricas 54,00 e 70,00m.

"No cimo da Avenida da Ponte, essa avenida amaldiçoada que procura há cem anos entrar honradamente na cidade (...)" (Siza, 2019:45).

Esta via encastrada na rocha rasgou o centro histórico da cidade para lhe dar desafogo e permitir a conexão funcional da sua rede viária. A orografia acidentada conflitua com a centralidade alicerçada na confluência dos seguintes elementos:

Praça da Liberdade – Estação Ferroviária de S. Bento – Ponte D. Luís I – Rua Mouzinho da Silveira – Rua de Stº António – Rua Sá da Bandeira - Rua Saraiva de Carvalho - Rua Chã - Sé do Porto.

Estamos perante o espaço que faz a conexão urbana de todos estes elementos com uma extraordinária simplicidade topológica e, porventura, é esta evidência funcional que explica a surpreendente passividade que leva à longa espera, mais de um século, por uma solução de acabamento urbanístico.

A Avenida da Ponte surgiu como uma solução e não como um problema para a cidade. A sua construção removeu um obstáculo estrutural que, como aconteceu em muitas cidades com história, implicou a demolição do edificado preexistente, neste caso de uma parte significativa da malha urbana entre a estação de S. Bento e o Morro da Sé, assegurando a ligação à Ponte pela cota do tabuleiro superior.

A cidade do Porto, desde as suas origens teve nesta cota alta o burgo muralhado, em conjugação compósita com a margem fluvial.

O corredor rasgado para acolher a nova avenida tem uma escala generosa, uma secção visionária, correcta, a ponto de hoje não vir a caso alterar a sua secção. A proposta apresentada neste plano de pormenor não toca na rocha mãe para alterar a secção transversal da Av. da Ponte, tampouco dos seus espaços marginais. A escala é perfeita.

A concepção da solução urbanística deste sítio começa com a decisão, tão visionária quão óbvia, de rasgar o espaço para a avenida. O desafio que agora se enfrenta é o de resolver a “quase ferida” feita no tecido urbano orgânico da cidade antiga completando o acto urbanístico e arquitectónico iniciado com a implantação da Av. da Ponte, cuja necessidade e funcionalidade não se questionam.

Este plano de pormenor está a ser elaborado por quem conhece e estuda o sítio desde os anos 60. Entre a tessitura labiríntica, alcantilada e apertada das ruas e vielas antigas e a amplitude das escalas do urbanismo sanitarista materializadas na Rua Mouzinho da Silveira e na Praça da Liberdade, é convocada uma relação de coexistência e de justaposição de memórias com sentido cultural e funcional plasmados nas suas utilizações.

À frase de Giulio Argan «é mais fácil projectar a cidade do futuro que a do passado» podemos acrescentar que não menos desafiante é resolver a agregação da cidade actual com as pré-existências reais e imaginárias herdadas do passado e assumidas como parte de um património “classificado”.

A concepção urbanística deste PP não dramatiza a relação da malha urbana antiga com a escala do corredor da nova Avenida da Ponte, são padrões de desenho urbano diferentes, contrastados, distantes no tempo, mas não há rupturas, pelo contrário, há vizinhanças e continuidades que se consolidam. Os diversos lugares que se afirmam pelas suas identidades urbanística e arquitectónica, são integrados como aderentes de um conjunto, onde se destacam a Sé, o Paço Episcopal e a Estação de S. Bento.

O Plano de Pormenor preenche e dá sentido útil a espaços vazios configurando a arquitectura do edificado que aí faz falta para completar a composição da malha urbana.

As demolições feitas para a abertura da Avenida da Ponte ocorreram nos anos 40 e 50 e, ao contrário do que se poderia supor, a “trincheira” da Avenida da Ponte trouxe coesão e conforto a uma zona da cidade onde a mobilidade era um problema.

O casario demolido não pode ser trazido à colação no âmbito deste PP e o preenchimento de vazios convoca a observação da rede viária e a composição das volumetrias do edificado na envolvente num gesto urbanístico e arquitectónico aplicados ao sítio. O trabalho realizado é informado e inspirado no histórico do sítio, atende às suas singularidades e apresenta ideias que resultam de ideias operativas produzidas e escolhidas num acto criativo.

A necessidade de valorizar o sítio levou a ensaiar a novas construções que não visam de todo a substituição do edificado demolido, mas tão só o completar da composição da malha urbana.

O PP não visa fazer reconstruções, mas sim levar a bom-termo um processo iniciado com a inevitável construção da Avenida da Ponte que expandiu a escala da cidade moderna à custa de parte da malha do casario antigo.

O arquitecto Arménio Losa (1908-1988), que trabalhou no gabinete de urbanismo da CMP, estudou a hipótese de se refazer parte do casario demolido, mas essa ideia não teve seguimento.

A estabilidade funcional da Avenida da Ponte é factual e facilita a trabalho de cerzir a malha com ajustamentos ligeiros da rede viária, renovação, acrescentos e acertos pontuais do edificado com a necessária definição arquitectónica e concepção paisagística dos espaços ajardinados.

O PP resolve e densifica a identidade do lugar nas suas dimensões históricas, integrando e valorizando os elementos arquitectónicos e confere continuidade e aderência ao tecido urbano sem perder ou de algum modo por em causa memórias merecedoras de salvaguarda no contexto das exigências funcionais básicas da cidade. O caso da Avenida da Ponte apresenta-se como uma inevitabilidade urbanística numa linha de racionalidade e de resposta a exigências de conforto e

de bem-estar num domínio de acontecimentos estéticos materializados na arquitectura da cidade.

Sobre os espaços ajardinados

Em resultado dos acertos do desenho urbano efectuados neste PP, os espaços livres, em domínio público, que ficam entre as vias e os planos de fachadas do edificado e outros limites de lotes privados, ganham definição e destacam-se como elemento relevante na composição e expressão da imagem do sítio.

A reconstituição do quarteirão edificado, conseguida com a demolição do mercado e a construção em parcelas vazias para completar conjuntos existentes indo ao encontro do imaginário do que foi a malha urbana antiga, tem por resultado a configuração amplo espaço livre a ajardinar que faz contraponto, quase simétrico, com o corredor da Avenida da Ponte. O desenho urbano explora continuidades para ganhar predicados de escala e conseguir um “corredor” frondoso, acolhedor e sossegado em contraste com o formalismo funcional e movimentado da Avenida da Ponte, onde o trânsito é relativamente intenso, principalmente no sentido ascendente que faz a importante ligação entre grande parte do centro da cidade e a Ponte do Infante. Para quem está entre na Rua Mouzinho da Silveira ou na Praça da Liberdade e quer ir para a Praça da Batalha, zona do Jardim de S. Lazaro até Campanhã, a opção é passar frente ao Bolhão ou seguir pela Avenida da Ponte.

Foi uma escolha urbanística determinante da imagem urbana concebida e acarinhada neste PP, salvaguardar o corte escarpado com o granito exposto na sua fractalidade bruta, de ambos os lados. Este relevo acidentado, com leituras impressivas de monumental e de dramático são comuns nas duas margens do Douro vistas por quem atravessa a Ponte D. Luís I. Na escarpa da Serra do Pilar, nos anos 60 construiu-se um “revestimento” frenal em cantaria de granito. No caso presente, pondo de lado o facto das escarpas da Avenida da Ponte resultarem de arte urbana e não de erosão natural, prevaleceu a vontade estética de manter a imagem consolidada do sítio que remonta aos anos 50 a que acresce a razão de não se querer saturar esta unidade espacial com excesso de edificação subvertendo e perdendo a expressão que tem de espaço aberto.

Os ajardinamentos têm 3 padrões:

A – Escarpas – limpeza selectiva da vegetação existente para expor partes do granito em pedra nua e deixar as espécies herbáceas e arbustivas que se considerem ser valorizadoras da composição cénica da escarpa. Como complemento é plantada vinha virgem (*Parthenocissus quinquefolia*); jasmim (*Jasminum officinale*) e *Trachelospermum Jasminoides*.

B – Sopé das escarpas – embora tenham sido tomados os cuidados de consolidação das escarpas seguindo os preceitos da geotecnia, para evitar que as pessoas se aproximem do sopé, plantamos tufo de pequenos arbustos de folha permanente e com floração de cor branca. Esta opção pela floração de cor branca é geral para os ajardinamentos deste PP.

C – Superfície ajardinada com acesso para fruição pública directa, presencial, como zona de estar. Neste espaço com cerca de 150 metros de extensão e com uma forma paralelepípedica, na cota mais baixa tem uma largura de 15 metros e na cota mais alta tem cerca de 40 metros de largura. O seu atravessamento, quase a meio, por um arruamento implantado e perfilado para fechar a malha urbana e assegurar a articulação deste plano com a tessitura antiga envolvente, não afecta a escala nem a continuidade do espaço ajardinado e sustenta a percepção da proximidade e do acesso à malha antiga. Este atravessamento é particularmente relevante para melhorar a leitura e o mapa mental da cidade nesta zona.

A paleta florística, para além das espécies a considerar na mistura de sementes para as superfícies relvadas, onde as pessoas podem deambular livremente, temos tufo arbustivos e de herbáceas vivazes, formados pelas seguintes espécies: *Calluna vulgaris alba*; *Camellia japonica* “flor branca”; *Leptospermum scoparium* “snow white”; *Exochorda x macranthra* “The Bride”; *Gardenia jasminoides*; *Hebe* “White Gem”; *Rhododendron branco* ‘Mme Masson’.

As espécies arbóreas utilizadas são: *Austrocedrus chilensis*; *Cupressus macrocarpa*; *Eucryphia cordifolia*; *Taxus baccata* “Fastigiata”; *Pinus pinea*; *Fagus sylvatica*; *Liriodendron tulipífera*; *Quercus coccínea*; *Michelia dolsopa*;

O terreno é preparado com terra vegetal depois de feita a modelação primária e, nos sítios de plantação de arbustos e de árvores é

assegurada a profundidade do solo, sendo se necessário, efectuada a abertura de cova com pelo menos 8 m³ de terra com profundidade mínima de 2 m para árvores e de 1 m³ para arbustos, tendo em conta que se está numa zona com afloramentos de rocha granítica dura à superfície.

Todo o espaço ajardinado é servido por um sistema de rega automática com fonte de alimentação a definir pelos Serviços competentes da Câmara Municipal do Porto.



Planta do ajardinamento definido no Plano de Pormenor



Siza Vieira e Sidónio Pardo no atelier



Apresentação dos estudos para o Plano de Pormenor da Avenida Ponte na Assembleia Municipal do Porto em 16 de junho de 2025.

A handwritten signature in blue ink, which appears to be "Sidónio Pardo".